

Primeira Batalha de São Salvador: 400 anos do início das invasões holandesas no Brasil

Cláudio Ricardo Hehl Forjaz*

Introdução

Este ano, mais precisamente no dia 8 de maio, rememora-se o início das invasões holandesas ao Brasil, com o ataque e conquista de Salvador, então capital da colônia luso-americana, ocorridos quatro séculos atrás.

Também conhecida como *Guerra do Brasil* ou *Guerra do Açúcar*, esse conflito marcaria profundamente nossa nação, em especial pelo despertar do sentimento nativista, além de consolidar a presença portuguesa em terras brasileiras e, a partir daí, fortaleceria o prosseguimento da sua expansão, sem grandes empecilhos, até a atual consolidação de nossas terras, fronteiras e cultura.

Esse evento bélico foi consequência indireta do conflito entre a Coroa Ibérica e a República das Províncias Unidas (nascido dos Países Baixos), a chamada *Guerra dos Oitenta Anos*, iniciada em 1568, entre neerlandeses e a Dinastia dos Habsburgos. E essa guerra de independência batava, por sua vez, teria desdobramentos importantes, como a Guerra Luso-Holandesa, de 1595 a 1663. No final, os Países Baixos emergiriam dela como uma grande potência militar e

comercial, e Portugal praticamente reduziria seu império ao Atlântico.

As invasões holandesas ao nosso torrão ocorreriam entre 1624 e 1654, divididas em quatro fases: a invasão da Bahia (1624-1625), a conquista do Nordeste (1630-1636), o Período Nassoviano (1637-1644) e a Insurreição Pernambucana (1645-1654).

Marcado por derrotas e vitórias, esse episódio forjaria a identidade da nossa nação para sempre. Principal palco de uma longa campanha afro-americana, o Brasil viveria o período mais sombrio de sua história, envolto por décadas em um caldeirão de importantíssimos episódios políticos, econômicos, sociais e, sobretudo, militares. Por fim, emergiria como a principal colônia lusitana, com um sentimento nativista que a levaria ao coração da América do Sul e lançaria as bases para a mais bem sucedida civilização dos trópicos.

Não faltarão oportunidades para detalharmos os episódios mais significativos desse período nas próximas publicações. Entretanto o primeiro deles, o que marca o início da guerra, esse, sim, merece ser escrito agora. Então vamos aos fatos...

* Cel Eng R/1 (AMAN/1986, EsAO/1993, ECEME/2002). Formado em Engenharia Biomédica (2022), Engenharia de Produção (Unisantanna/2017) e Civil (UNISP/2018). É autor dos livros *Espada de Caxias – Ensinando a Arte da Guerra* (2004), *Água – Substância da Vida* (2007) e *Duarte Coelho – O Primeiro Empreendedor no Brasil* (no prelo), além de mais de 20 artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Atualmente, é pesquisador do CEPHiMEX.

O mundo no início do século XVII

Para melhor compreender a Guerra do Brasil, é indispensável nos transportarmos para o período da União Ibérica (1580-1640), quando Portugal era governado por Felipe IV, também rei castelhano. Afora o conflito de interesses, a personalidade dos dirigentes, as intrigas políticas e o jogo diplomático comuns ao cenário mundial e que servem de pano de fundo de hostilidades, a Espanha era a maior potência europeia, mas em decadência.

Depois de um desgastante conflito com as Províncias Unidas, a Espanha havia conseguido, em 1609, uma trégua de 12 anos. Essa paz foi, ao mesmo tempo, providencial para os batavos e desastrosa para os ibéricos. Como o documento de trégua era pouco específico com relação às ações fora da Europa, os batavos aproveitaram para expandir seus domínios sobre seus antigos aliados portugueses, com pirataria no Atlântico e conquistas no Índico.

A Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie*)

Prosseguindo na trilha do bem sucedido ataque às feitorias lusitanas na Ásia, protagonizada pela Companhia das Índias Orientais (OIC), alguns comerciantes neerlandeses passaram a vislumbrar a hipótese de repetir os feitos agora nas Índias Ocidentais. Aproveitando que os seus interesses se voltavam para a centralização de investimentos no Atlântico, esses empresários fundaram a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), em 1621.

Com o fim da trégua dos 12 anos, em 1621, os neerlandeses voltaram a estar em guerra de libertação contra os hispânicos. Assim, ações que redundassem em prejuízo para os ibéricos seriam bem-vindas nas Províncias Unidas. Uma ofensiva contra esse império

possibilitava a eles a abertura de novas frentes de combate em que aliariam a economia à política.

O aval do governo da citada república veio com a concessão à WIC do monopólio de comércio por 24 anos para explorar qualquer costa do Atlântico. Negócios como a navegação comercial e a de curso, o tráfico de escravos e as atividades comerciais já em curso, como com o açúcar, estavam autorizadas. Também poderiam ser colonizadas áreas na América e na África, guarnecendo fortificações, nomeando funcionários e até cunhando moedas.

Nesse ambiente de hostilidade aos ibéricos e de uma série de episódios, os batavos passaram a corroborar com a ideia de debilidade da colônia luso-americana e se reuniram os conselheiros, a fim de traçar o novo rumo de suas atividades. O grupo que desejava arremeter contra o Novo Mundo justificou seus argumentos no famoso escrito "*Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a Terra do Brasil*", de Jan Moerbeek, editado em 1623¹.

O planejamento frísio concluiu que, se uma esquadra poderosa assaltasse as colônias, certamente as conquistaria. Uma vez ocupadas e fortificadas, impossibilitariam qualquer reconquista por parte dos moradores locais, uma vez que esses não dispunham de meios próprios para tal empreitada.

Foi levantado que o custo da ocupação seria baixo. Necessitariam, sim, de vultosos recursos, mas somente para o aprestamento da armada e da tropa invasora. Uma vez aferrados ao terreno, os usurpadores usufruiriam do solo conquistado para plantação, criação e comércio. Os saques e a venda de embarcações e de produtos confiscados poderiam amortizar parte dos gastos iniciais da companhia. Posteriormente, a rica lavoura açucareira proveria os recursos necessários para a manutenção da máquina administrativa da WIC, bem como o tão almejado lucro dos acionistas. Tanto a exploração quanto a comercialização estariam nas mãos da WIC. Os excedentes poderiam ser exportados para as nações com quem mantinham relacionamento comercial.

Com relação ao que hoje chamamos de opinião pública interna, boa parcela dos habitantes da República das Províncias Unidas e dos acionistas da Companhia

estava de acordo com essa empreitada. Além do lucro, os batavos poderiam festejar mais uma vitória contra as armas hispânicas, na época sua grande rival, e contra quem combatiam por sua independência havia décadas. Havia, também, a possibilidade de incentivar a imigração para essas novas terras, ampliando, assim, o mercado de empregos e, ao mesmo tempo, suprimindo a demanda no aprestamento e manutenção da força de ocupação.

Por fim, a Diretoria da WIC, baseada nos estudos de suas comissões, resolveu atender aos dois grupos e aprestar duas frotas. Uma partiria para ações de corso no Caribe, e a outra atacaria o Estado do Brasil. Desejosos de se apoderarem das terras do Novo Mundo, essa megaoperação poderia, de uma só vez, tirar as fontes de riqueza de El-Rei Felipe da Espanha e reaver os investimentos calçados na exploração da indústria canavieira brasileira.

A escolha do objetivo em terras luso-americanas

Dos motivos apresentados, dois eram essenciais para que a WIC desejasse conquistar a colônia luso-americana. O mais forte era o econômico, visto que muitos empresários neerlandeses tinham financiado a indústria açucareira e o rei espanhol os havia proibido de reaverem seu pesado investimento. Para se ter uma ideia, havia 5 refinarias de açúcar nos Países Baixos Rebeldes antes da citada trégua (1609) e, ao final dela (1621), 29 refinarias, sendo 25 delas em Amsterdã, sede da companhia. Eles ganhavam muito dinheiro com a venda do açúcar refinado na Europa e não desejavam abrir mão desse lucrativo negócio.

O outro fator é que os holandeses dispunham das maiores e melhores informações acerca da referida colônia, pois estavam presentes no comércio com os luso-brasileiros desde os primórdios do estabelecimento aqui da indústria canavieira. Os defensores de uma invasão à Colônia argumentavam que teriam a mesma facilidade que seus compatriotas tiveram por ocasião da conquista dos entrepostos lusos no Oriente. Eles sabiam do crescente descontentamento dos

luso-brasileiros, conhecidos por “mazombos”, com os hispânicos. Esse desgosto era devido ao descaso da Corte espanhola e à morte de seus patrícios em guerras de El-Rei contra antigos aliados. Até onde essa insatisfação lhes seria positiva era a única dúvida dos flamengos, visto que este seria o local e o povo contra o qual iriam combater.

As terras luso-americanas

Quando Guerra do Açúcar começou, a colônia lusitana na América, ainda conhecida como Terra de Santa Cruz, estava dividida em dois estados: o do Maranhão, ao norte, cuja capital era São Luís, e o do Brasil, no centro-sul, com capital em São Salvador (hoje, Salvador). Essas 2 porções da colônia luso-americana eram subdivididas em 10 capitânicas hereditárias (particulares) e 8 capitânicas reais (pertencentes à Coroa). Grande parte do território tropical era ainda desconhecido, especialmente os sertões, visitados somente pelos primeiros intrépidos bandeirantes (figura 1).

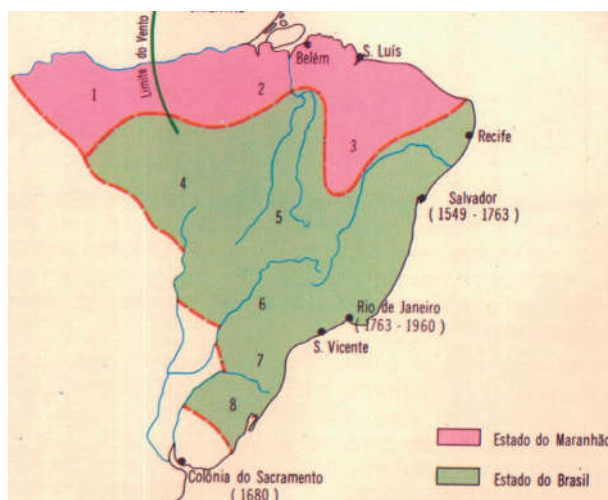


Figura 1 – O mapa identifica o Estado do Maranhão e o do Brasil. Ambos formavam a Terra de Santa Cruz, única colônia luso-americana até então. Somente em 1680 é que os portugueses iriam fundar a Colônia de Sacramento, sua segunda e última colônia no Novo Mundo

Fonte: Castro (1986)

De Cananeia a São Luís, a população se fixara, com raras exceções, na orla marítima. Pouco mais de um século do descobrimento e menos de 100 anos do início da colonização, Santa Cruz desenvolvia uma atividade açucareira de renome internacional. Essa atividade era baseada na monocultura canavieira, realizada em latifúndios escravagistas e paternalistas. Cerca de 300 engenhos estavam espalhados por todo o Brasil, mais da metade deles nas redondezas de Salvador e Recife.

A agropecuária de subsistência era alicerçada em um misto da cultura indígena da mandioca e do milho e nas frutas e pecuária trazidos pelo colono. Plantavam-se também fumo, anil, algodão, extraíam-se pau-brasil e drogas do sertão, na Amazônia. O couro começava a ter seu lugar ao sol, com a pecuária dominando os espaços vazios do interior. O garimpo do ouro era um sonho que começava a se tornar realidade nos rincões das terras mais ao centro e sul da colônia luso-brasileira.

No ano da primeira invasão flamenga, 1624, o Estado do Brasil era governado por seu 12º governador-geral, Diogo de Mendonça Furtado. Experiente político e militar desde os tempos das Índias, ele já vinha se precavendo das investidas estrangeiras, priorizando os trabalhos em prol da melhoria e ampliação do escudo defensivo da costa brasileira. Como os meios a sua disposição, porém, eram poucos, pouco pôde fazer para reverter a situação de debilidade militar da colônia.

Com relação às defesas e aos militares que aqui haviam sido estabelecidos, pouca coisa pôde-se acrescentar, uma vez que foram relegados a um segundo plano pelas autoridades de Madri, mais interessadas, logicamente, em manter o riquíssimo fluxo de metais extraídos das profundezas do solo hispano-americano. Era ali que estavam as armas ibéricas, guardando e guardando o tesouro usurpado de suas colônias e suas rotas de comunicação. Seu escudo de defesa era baseado em poucas e distantes fortificações. Os engenhos eram capazes de apenas fazer face às lanças e flechas dos selvagens. Mesmo São Salvador e Recife, as localidades de maior quilate, não resistiriam a uma poderosa força invasora. Tinham condições apenas de se opor precariamente a ataques de corsários.

Os neerlandeses sabiam que o ponto mais vulnerável da colônia luso-americana era o extenso litoral brasileiro, em especial das rotas marítimas no litoral tropical, pois não existia uma frota de defesa. Em 1616, 28 cargueiros foram aprisionados pelos piratas batavos nas costas luso-americanas. Em 1623, esse número já atingia a casa das sete dezenas de naus perdidas, a maioria delas para a pirataria. Assim, o Nordeste do Brasil, ou Terra do Açúcar (*Zuickerland*), foi a região eleita para a primeira ação concentrada da WIC. Restava escolher o alvo.

Antes de nos aprofundarmos na primeira fase da Guerra do Brasil, faremos um preâmbulo na geografia e no histórico da nominada capitania e da cidade alvo da ação militar estrangeira.

A escolha da Bahia

A escolha recairia sobre o local que reunisse as melhores condições para atender uma melhor defesa por terra e por mar. Por isso, a busca de informes por parte dos holandeses acerca dessa área teria que ser exemplar. E o foi. Pormenores foram obtidos nas anotações feitas pelos piratas e nos relatos dos batavos residentes na cidade. Desde o início da colonização, pairavam suspeitas sobre comerciantes estrangeiros, que, aproveitando-se da oportunidade de comercializar com seus compatriotas e com os nativos, passavam informações valiosas a possíveis corsários. Esses informes permitiram um excelente levantamento estratégico da região nordestina.

Surtidas flamengas realizadas a partir de 1599 constataram que nossas defesas eram vulneráveis a um ataque mais audacioso e possante. A guarnição militar de Salvador era composta por menos de uma centena de soldados profissionais, que defendiam bastiões antiquados. Para agravar a situação, os luso-brasileiros não contavam com barcos para patrulhar a costa. Esse fato havia sido, recentemente, confirmado pelas informações dos espiões e agentes infiltrados na colônia e nas cortes ibéricas. O mapa a seguir, de autoria de Georg Markgraf (**figura 2**), é prova do detalhe com que

os holandeses eram informados por seus agentes. Vale destacar que, na época, os neerlandeses estavam entre os melhores cartógrafos do mundo.



Figura 2 – Mapa de autoria de Georg Markgraf
Fonte: Estado-Maior do Exército (1972)

A boa localização geográfica e a infraestrutura existente na capital do Brasil davam excelentes condições para os corsários da WIC zarparem para todas as regiões conhecidas das Américas Espanholas, tanto continentais quanto insulares. A capacidade do porto natural de Salvador era muito boa, com fácil entrada e ancoragem segura. Segundo documentos da época, a frequência anual de 2.400 barcos aumentava a cobiça dos futuros invasores. Utilizando a Baía de Todos os Santos, eles teriam a possibilidade de expedições terrestres contra o Peru e navais pelo Atlântico Sul e o Caribe. No tocante à capital colonial e ao Recôncavo, o levantamento foi menos detalhado. Mesmo assim, os neerlandeses tinham condições de saber o grau de segurança daquela capitania real.

De posse dessa região, esperavam atingir as seguintes metas:

- no campo comercial – apropriar-se do monopólio comercial do açúcar, pau-brasil, couro, comércio de escravos etc. Em 1624, em Amsterdã, a libra do açúcar branco atingia o valor de 0,43 florins e do mascavo, 0,32 florins;

- no campo militar – exercer o domínio do Atlântico Sul e pressionar a navegação do Caribe. A meta era atuar cerradamente sobre as comunicações entre a América Central, o Caribe e a Península Ibérica. Esta era a mais movimentada e rica rota comercial do mundo, pois por lá circulavam o ouro do México e a prata do Peru e da Bolívia;

- no campo psicossocial – os holandeses não pretendiam colonizar a região, sendo este, talvez, seu maior erro na campanha². A única atividade que pretendiam exercer, além da comercial, era a evangelizadora protestante, buscando expandir a fé cristã nos moldes luteranos;

- no campo político – ferir a soberania ibérica e expandir a sua.

Tais informações reforçaram a decisão do Conselho dos XIX em conquistar a capitania baiana. Para ratificar sua decisão, os conselheiros da WIC afirmavam que, conquistando a cabeça da colônia luso-brasileira, rapidamente o corpo cederia. Assim conseguiram o apoio dos governantes da república e a autorização para armar a frota invasora.

Os preparativos da defesa

Preparativos de tal magnitude não passaram despercebidos a Felipe IV em Madri. Celeremente, enviou mensagens, alertando os luso-brasileiros sobre uma iminente invasão holandesa. As ordens de apressamento, todavia, não foram claras, uma vez que recomendava medidas de alerta e melhoria das fortificações existentes. Reforço em pessoal e material: nada.

O governador-geral do Brasil era Diogo de Mendonça Furtado, substituto de Dom Luís de Sousa, desde 1621, e o primeiro capitão-geral do Brasil nomeado pelo novo monarca da Espanha. Como os demais governadores, ele era respeitado por seus méritos militares e administrativos adquiridos nas missões anteriores em outros rincões do Império Ultramarino Português.

Tão logo recebeu a mensagem de Madri, o governador-geral brasileiro repassou a seus capitães-mores nas capitanias. Ao receberem esse comunicado, cada

um *de per si* procurou, utilizando ao máximo os poucos meios que tinham, melhorar, ampliar e reforçar suas respectivas defesas. A capital da colônia luso-americana, contudo, bem como as das demais capitânias, estava por demais despreparada e danificada, resultado de uma longa paz com os gentios e das constantes adversidades da natureza.

Mendonça Furtado concentrou-se nos preparativos de defesa da cidade. Mobilizou todos os aptos, facilitado pela obrigatoriedade do serviço militar, o que lhe rendeu perto de 3.000 homens; selecionou frentes, repartindo os contingentes pelos locais onde mais provavelmente os neerlandeses atacariam; reforçou as guarnições das fortalezas, melhorou a trincheira do mar, perto do atual Forte de São Marcelo, dando-lhe um aspecto de fortim ao levantar muralhas com cestos; mandou construir redutos e obstáculos; e ampliou as medidas de segurança, estabelecendo postos de vigilância nos morros e nas praias das vizinhanças da capital (Souza Ferreira, 1945, p. 86).

Salvador se transformou em uma verdadeira praça de guerra, com diversos postos avançados sendo instalados nos acidentes capitais e vias de acesso. Um desses atalaias seria responsável por identificar os atacantes. Foi-lhe autorizado introduzir vários impostos especiais visando suprir seu fundo de defesa colonial. Angariou cerca de 20.000 cruzados somente com a sobretaxa do vinho, destinando esses recursos para as defesas de Recife e de Salvador. Diogo Furtado estabeleceu uma contribuição compulsória chamada *Imposição e Avarias*, baseado na Carta Régia de 23 de julho de 1623. Com ela, o governador de Pernambuco pôde melhorar a defesa de sua capitania.

Às vésperas do desembarque, São Salvador era uma cidade com três áreas de concentração urbana: a Vila Velha, primeiro núcleo populacional, na entrada da barra; São Salvador, a maior e mais bem cercada, onde ficavam as instalações administrativas do Estado do Brasil, cinco igrejas e o Colégio dos Jesuítas; e Parípe, região onde havia os engenhos e algumas plantações de algodão.

Apesar de possuir uma população de aproximadamente 12.000 habitantes e um tamanho que abrigasse suas 2.400 casas, havia só 80 soldados regulares, 2.000 soldados-colonos e 500 escravos armados. Ele distribuiu

judiciosamente seus poucos recursos nos pontos mais convenientes à resistência, inclusive nomeando o auditor Pedro Cerqueira como inspetor geral das fortificações. Na época, havia 3 fortes: o de Santo Antônio, ao sul, na entrada da barra de acesso à baía e comandado por Francisco de Barros; o de Tapagipe e São Felipe, ao norte, no outro lado do ancoradouro; e ao centro, no meio do porto, uma plataforma triangular de bateria, conhecida como São Marcelo. Diante do palácio do governador, instalou 6 peças de artilharia, guarneceu as praias de Itapuã, armou os 18 navios mercantes que se encontravam ancorados no porto (Menezes, 1922, p. 137).

Além de ocupar os fortes e acidentes capitais próximos à cidade, enviou um grupo de uma centena de colonos e duas centenas de índios para guarnecer o porto de Vila Velha e reforçar as adjacências do distante Forte de Santo Antônio. Por fim, conclamou os moradores do Recôncavo aptos a pegar em armas, visando organizar milícias.

Enquanto os dirigentes luso-brasileiros se esforçavam por tentar unir todos em torno dos ideais de defesa do solo tropical, porém, a esquadra invasora avançava para o Brasil.

A Batalha de São Salvador

Às vésperas do desembarque, São Salvador só contava com suas poucas almas para defendê-la. Segundo Southey e Laet, existiam pouco mais de um milhar e meio de defensores em armas quando os holandeses desembarcaram perto da cidade e não existia nenhuma esquadra de defesa na Bahia, nem em outro ponto da América do Sul ou Caribe (Guedes, 1979).

As divergências sobre como proceder em caso de ataque estrangeiro atrapalharam e dividiram a população local, atuando na vontade psicológica dos residentes, trazendo um benefício enorme aos usurpadores. Quando os flamengos arremeteram contra São Salvador, as defesas da capital estavam assim distribuídas:

– na cidade e redondezas, 1.396 homens, sendo que, no perímetro urbano, existiam 40 sob comando de Gonçalves Vieira, 50 com Antônio de Mendonça,

85 com o governador, 120 com Brás Silva de Menezes, 90 com Ray Cralge, 85 com Francisco de Barbudo e 85 sob as ordens de Baltazar de Jonseque;

– fora da localidade, estavam aproximadamente 150 moradores com Paulo Quelque, 120 com Augustin de Paredes, 80 com Manuel Serafim, 90 com Muniz, 35 com Manuel Cardoso, 105 com Manuel Antônio de Almeida, 130 com Pero Fonseca e 136 com Antônio Cardoso de Matos; e

– a reserva, comandada por Rodrigo Souza, era formada por um destacamento de 1.626 pessoas, dos quais perto de 180 eram religiosos ou afins.

Para dar o alarme e avaliar a força invasora, o governador enviou dois patachos sob comando de Antônio de Mendonça Furtado, para fora da barra, também deixando alerta o comandante do fortim situado no morro de São Paulo, na face sul da entrada do porto, em caso de aparecimento de alguma belonave estrangeira.

Infelizmente para o governador, nenhum sinal da frota invasora, e, aos poucos, parte da população, liderada pelo inquisidor comissionado no Brasil, Dom Marcos Teixeira, começou a se revoltar. Os senhores de engenho precisavam de seus trabalhadores e os populares lembravam que os estrangeiros só atacavam para saquear, e não para conquistar, como haviam feito inúmeras vezes antes nos torrões luso-americanos.

No início de maio, porém, quase um mês após o início das medidas do chefe defensor, com a cidade sendo abandonada aos poucos, eis que surge uma visão nada confortável vinda do oceano.

O desembarque

No alvorecer do dia 8 de maio de 1624, precedendo o retorno do contingente de reconhecimento de Antônio Furtado e os mensageiros do morro de São Paulo, a esquadra de Heyn entrou em dispositivo de assalto a nove léguas de seu objetivo.

Da capital, a população atônita avistou, finalmente, no horizonte, os mastros das embarcações agressoras. Dom Marcos, reconhecendo seu erro de julgamento, procurou o governador e se pôs à sua disposição. À

frente de diversos religiosos, percorreu as ruas da capital, incitando o povo ao combate em defesa do torrão tropical. Depois, foi com seu filho e autoridades para o fortim central do dispositivo defensivo.

No dia seguinte, 9 de maio, o Almirante batavo Willekens ordenou que a nau almiranta desse uma salva de tiros com pólvora seca, sinal de que desejava parlamentar. Os baianos, porém, responderam com granadas. Iniciou-se, então, a troca de tiros entre o Forte de Santo Antônio e as belonaves invasoras, com os holandeses forçando a entrada da barra, bombardeando-o.

O plano neerlandês, baseado nas informações fornecidas por Houndus sobre as instalações citadinas e suas defesas, consistia em executar um duplo ataque, coordenado, sobre a capital. Ele seria assim executado:

– seis belonaves (*Gelderlandt, Saint Cristoffel, Gulde Zee-Paert, Onde Roode Leeuw, Haes-Windt e Post-Paert*), reforçadas por sete chalupas, transportariam mercenários até o local de desembarque;

– a fim de fixar as guarnições nos fortes, o *Provincie van Utrecht e o Eendracht* assediariam o Forte de Santo Antônio, o mais meridional dos bastiões da capital. Os barcos *Groeninghen e Sterre* bombardeariam o Forte da Lage, enquanto que o *Tijger* e o outro *Oragnien-Boom*, as defesas em Montesserrate. Para finalizar o assédio aos baluartes de São Salvador, o *Samson* e o *Overijssel* acometeriam o atalaia mais setentrional;

– o *Naupturnus* e o *Nassauw* inflতিরiam contra a Estância de São Diogo;

– Willenkens comandaria pessoalmente uma flotilha de cinco embarcações (*Zeeland, Haan, Hope, Jarger* e o *Vier Hayms Kinderen*), que tentaria abordar as barcas fundeadas;

– para interceptar qualquer nau ibérica que tentasse se evadir ou viesse em socorro dos sitiados, o *Orangien-Boom* e o *Vos* foram enviados para a entrada do golfo, entre Santo Antônio e Itaparica. Nessas naves estavam os adoentados da expedição;

– na reserva, ancoradas perto da Ilha de Itaparica, aguardariam ordens o *Saint Marten* e o *Zee-Jaeger*; e

– também foram destacadas as embarcações do contra-almirante e a *Oranger* para atuarem na costa de Sergipe del Rei, a fim de ali aprisionarem alguns navios. Caso não lograssem êxito, deveriam retornar a Salvador, a fim de auxiliar na conquista da cidade-baiana. Vale registrar que a *Hollandia*, a belonave do futuro comandante invasor, o Coronel Hans Van Dorth, ainda estava desgarrada, razão pela qual ele não participaria dos estágios iniciais do assalto à capital do Brasil.

No dia 9 de maio, a frota invasora, encabeçada pelo *Vos*, adentrou ao golfo. Conforme o plano original, cinco naus fundearam à vista do Forte da Barra, atraindo para si as atenções dessa guarnição. Os navios restantes, navegando fora do alcance das granadas dessa posição defensiva, penetraram na baía e realizaram um ataque diversionário aos outros fortes lindeiros ao povoado.

A peleja se desenrolava também nas imediações do porto. As guarnições do Forte do Mar (São Marcelo) e das embarcações lá ancoradas reagiam ao assédio dos neerlandeses liderados por Heyn, no *Naupturnus*. A luta prosseguia sem sinal de vitória para nenhum dos contendores. Já haviam se passado quase 7 horas de duelos quando Willekens ordenou que 3 chalupas, tripuladas por 20 homens cada uma, assediasssem os navios fundeados. Os intrusos navegaram até o ancoradouro e abordaram alguns navios latinos incendiados pelas tripulações.

Esse ato causou pânico nos defensores, que, para evitar um mal maior, começaram a incendiar seus próprios barcos, logrando destruir cinco deles. Tentavam evitar que os barcos e sua rica mercadoria caíssem em mãos inimigas. Percebendo que o destino não seria complacente consigo, as tripulações das 16 embarcações ibéricas que estavam ancoradas perto da praia trataram de se aglomerar próximo às defesas daquele atalaia. Os flamengos aproveitaram para abordá-las, logrando recuperar 8 delas.

À noite, por volta das 19 horas, percebendo que até então não havia nenhum resultado definitivo, o astuto e experiente Almirante Pieter Heyn, beneficiando-se da confusão instalada entre os sitiados, rumou para o Forte da Laje, que até então estava infligindo um duro castigo aos assaltantes. Quando, porém, percebeu que

as atenções dos defensores tinham sido desviadas, inflitiu para o Forte de São Marcelo.

Decididos a vencer logo os bastiões baianos, os intrusos arremeteram contra o Forte do Mar. Catorze lanchas frísias desembarcaram cerca de 300 mercenários. Heyn foi o segundo a escalar as muradas do reduto baiano, de uns 3 metros de altura. Nessa operação, foram empregados piques e aparelhos especiais para escalada, provando que os invasores estavam bem preparados no seu intento.

Com receio de serem cercados, por volta das 19 horas, os mazombos retraíram para a trincheira próxima à capital. Apesar da bravura de seu comandante, Pero Garcia, os defensores retiraram-se após constatarem que ele havia tombado. Os frísios estimaram em cerca de 600 o número de mazombos em retirada, que abandonaram o fortim a nado. Segundo os baianos, os neerlandeses tiveram de 30 a 40 baixas, porém mais tarde se verificaria que somente 4 soldados de fortuna germânicos morreram, inclusive o corneteiro de Heyn, o primeiro a escalá-lo. Outros 10 mercenários foram feridos. A principal perda batava foi no mar. Dentre os muitos marinheiros mortos no combate, estava Andries Nieuwkerke, comandante do *Groeninghen* (figura 3).



Figura 3 – Gravura da época ilustrando a escalada dos muros do Forte do Mar
Fonte: Guedes (1990)

De posse desse fortim, o Almirante Heyn mandou que se aproveitassem os canhões recém-capturados e que os voltassem em direção à cidadela baiana. Em pouco tempo, suas forças auxiliavam as peças dos navios holandeses a bombardearem Salvador. Com a queda da bateria principal dos defensores, os batavos avançaram sobre os outros fortes, priorizando o que melhor protegia a entrada da baía.

Enquanto os navios holandeses e os fortes baianos duelavam, uma força de uns 1.500 soldados, 1.200 mercenários e o restante, marujos, lançava-se ao continente perto do bastião de Santo Antônio. Comandava esse contingente Albert Schouten, uma vez que Van Dorth ainda não se fizera presente.

Após desembarcar no Pontal de Santo Antônio, na barra, próximo ao reduto do mesmo nome, os assaltantes investiram contra o Forte de Santo Antônio, iniciando assim sua marcha pelo sul. Esse atalaia era guarnecido por umas duas centenas de nativos, liderados por Antônio de Mendonça Furtado, filho do governador-geral do Brasil e que, na época, contava com 17 anos. O baluarte baiano sucumbiu à fúria estrangeira logo no primeiro ataque, tendo seus sobreviventes se refugiado no Mosteiro de São Bento.

Conquistado os Fortes de São Marcelo e de Santo Antônio, cessava de ambos os flancos o fogo concentrado sobre os flamengos. Dessa forma, os forasteiros puderam prosseguir para a cidade. Guiavam a tropa invasora Dirck Pieterszoon Colver e Dirck Ruyters, comandante do *Post-Paert*, autor de um tratado – *Tocha da Navegação* – e profundo conhecedor da região.

A coluna agressora marchava com a companhia do Capitão Hermont e seus 60 arcabuzeiros à testa. Depois vinha a subunidade do Tenente Lameyn, seguido pelo contingente do Major Schontens. O centro era composto pela companhia do Capitão Vogelsangh, pela do Capitão Bassevelt, substituto do falecido Capitão Seroschercke. Nesse núcleo, marchavam os marinheiros transportando víveres, munição, enxadas, pás, alviões, machados, escadas e toda sorte de material para escalar muralhas. Na retaguarda, comandadas pelo Capitão Kijff, futuro comandante da cidadela, seguiam as subunidades dos Capitães Wilhelm Schouten, Bourgeois de Mollingh e do Tenente Van Isenach.

O caminho por onde os agressores marcharam era repleto de matagais e estreitas faixas de terra. Um pequeno grupo de determinados nativos facilmente poderia tocaíá-los e retardar seu avanço, porém as três centenas de defensores que guarneciam as vias de acesso e o baluarte baiano, amedrontados, fugiram sem oferecer resistência. A covardia dessa posição selaria o destino da resistência luso-brasileira. Assenhorando-se do reduto abandonado pelos defensores, os flamengos o utilizaram de trampolim a fim de prosseguir para Salvador.

Somente nas cercanias da capital foram molestados pelos nativos, ao serem recebidos por tiros de mosquete disparados pelos defensores da Porta de São Bento, comandados por Antônio Cardoso de Barros. Nesse encontro, tombou o Tenente frísio La Mayn. Frustrados em sua tentativa inicial, os invasores aproveitaram a noite para se reagruparem e descansarem para a investida do dia seguinte. Pernoitaram na Ermida de São Pedro, um mosteiro existente nas cercanias. Segundo testemunhas, dormiram despreocupados, pois até se embebedaram.

O êxodo da população

Ao findar o dia, as notícias desanimadoras sobre os combates na banda sul e no porto culminaram na retirada do restante dos habitantes, certos de que havia cessado a resistência e que nada mais poderiam fazer. O clarão dos navios incendiados, cujo fogo era alimentado por um misto de madeira, alcatrão e açúcar, convenceu os habitantes da capital de que tudo estava perdido.

A população, aterrorizada com as notícias do mau tratamento dispensado pelos batavos aos moradores dos lugares por eles conquistados e atordoada pelos canhoços e fumos que eram desprendidos pelas instalações em chamas, começou a fugir, aproveitando-se da escuridão noturna, quebrada somente pela luz da destruição. Somente uns 70 ficaram para combater os forasteiros. A inexperiência e a falta de disciplina foram mais fortes do que o sentimento do dever. O

próprio bispo, que tanta coragem demonstrara, foi até o Colégio dos Jesuítas e arrebanhou os remanescentes. Juntos se homiziaram nas matas vizinhas à cidade.

Na fuga, os moradores deixaram seus pertences e lares praticamente intactos. O desespero tomou conta da população, que fugiu para os lados de Itapuã. Muitos tentaram atravessar o rio Vermelho justamente na época de cheias. Alguns pereceram afogados.

Ao raiar o dia 10 de maio, o Sol iluminou uma bandeira branca tremulando dentro da localidade. O contingente de Schouten havia atravessado o portão de Salvador. Adentrou cautelosamente, mas percebendo seu abandono, confirmado por alguns cristãos-novos locais que bandearam para o lado dos neerlandeses, iniciou o saque. Segundo registros da época, muitos mercenários enchiam seus chapéus com ouro e prata. Outros chegavam a apostar até 400 florins em jogos pelas ruas desertas da capital (Aldenburgk, 1913, p. 174).

A única resistência digna de nota dentro da cidade-la foi efetuada pelo governador Furtado, que aguardou o agressor de armas em punho. Apoiado por 18 fiéis, ele defendeu o Palácio do Governo. Ali conseguiram rechazar um ataque flamengo, inclusive abatendo alguns intrusos, sendo dois deles oficiais. Foi concebido então um plano de destruição do palácio, detonando barris de pólvora, mas o ouvidor impediu tal ato.

A defesa, todavia, não tinha condições de resistir ao assédio e logo aceitou uma trégua. Persuadido a capitular por seus seguidores, o governador-geral aceitou as promessas dos frísios, particularmente a do Almirante Heyn, com quem parou. Cessava a resistência. O ato de Diogo Furtado estimulava os brios de seus companheiros, pois ele, permanecendo até o fim no seu posto, soubera salvar naquela hora sua honra de patriota e de autoridade, resgatando a culpa por sua fraqueza e pelos fatos decorridos antes e durante a invasão germânica.

Os defensores foram presos, levados à presença do comandante adversário e posteriormente seguiram, junto com as barcas capturadas, para os Países Baixos Rebeldes. Encontravam-se entre os prisionados o Governador-Geral Diogo de Mendonça Furtado, seu filho Antônio de Mendonça Furtado, o

Capitão Lourenço de Brito, o Sargento-Mor Francisco de Almeida Brito, o Ouvidor-Geral Pero Casqueiro da Rocha, o Provincial dos jesuítas Domingos da Cunha, quatro religiosos e mais quatro parentes dos citados. Seguiriam para Amsterdã, onde em outubro foram retratados pela imprensa local.

Após um dia de pequenas escaramuças, Salvador estava sob o pavilhão tricolor holandês. A capital havia caído mais pelas notícias falsas e tendenciosas e pelos ardis e audácia do agressor, do que pelo valor numérico ou bravura do sitiante. A milícia constituída para defender a cidade fugiu assim que o perigo se aproximou. O povo, vendo seus defensores se retirarem, apanhou o que podia e se escondeu nas adjacências da capital, temendo pelo pior.

Salvador sob o lábaro da WIC

O dia 10 de maio marca a conquista definitiva da capital colonial pelos mercenários da WIC. Eles eram agora senhores da cidade, do mar, do porto e boa parte da baía. Poderiam evacuar seus feridos e, ao mesmo tempo, receber reforços, provisões e toda a sorte de suprimentos e apoio de sua terra natal. Na tomada da capital, pereceram somente meia centena de homens da companhia, incluindo soldados e marinheiros, dentre eles poucos oficiais.

A conquista foi de certa maneira proveitosa. Os homens da companhia conseguiram se apropriar de umas 3.900 caixas de açúcar, “o suficiente para baixar o preço para cinco vinténs a libra”. Além disso, confiscaram muitas toras de pau-tinta, grande quantidade de vinho, couro, fumo, algodão e seda.

Nos dias seguintes, os neerlandeses ainda aprisionariam outros cargueiros que entraram desavisados no porto baiano. Só em uma nau de Lisboa, foram parar nas mãos dos agressores 60 toneladas de deslocamento, carregada de óleo, pão e outras mercadorias. Junto, foram aprisionadas 2 naves do Rio de Janeiro e 1 navio negreiro do Espírito Santo, com 250 escravos.

Fora os mosquetes, espadas, barris de pólvora e outros materiais bélicos, 49 bocas de fogo foram capturadas pelos neerlandeses. Eram 4 do Forte de Santo

Antônio, 10 da plataforma de artilharia de São Jorge, 3 de São Filipe, 3 das Águas dos Meninos e 3 na cidade. Os 26 canhões restantes foram removidos das naus fundeadas e distribuídas pelas defesas de São Salvador. Desses canhões, 23 eram de bronze e 26, columbrinas de ferro.

Os saques nas residências e igrejas lhes valeriam outros milhares de cruzados, o suficiente para pagar o soldo dos soldados de fortuna³. A conquista de Salvador foi proveitosa.

No dia 11 de maio, finalmente vislumbraram o *Hollandia*. Van Dorth desembarcou seus homens e foi ter com Willekens uma reunião. Esse o pôs a par da situação e, de conformidade com as ordens emanadas do Conselho dos XIX, o empossou como governador dos domínios flamengos em Santa Cruz.

Apesar da relativa facilidade com que dominaram Salvador, os intrusos não negligenciaram quanto às medidas de defesa. Depois de estocarem no Colégio dos Jesuítas quase todas as mercancias apresadas, reforçaram todas as posições existentes, distribuíram peças de artilharia por todos os fortes e fortins

conquistados, cavaram fossos e trincheiras, levantaram parapeitos, ergueram plataformas e hornavegues, estabeleceram postos de vigília etc. Aplicando seus conhecimentos, construíram um canal e um dique defronte ao Convento de São Francisco, represando ali as águas correntes desviadas e lá instalando uma bateria.

Para manter certa ordem na cidade, o coronel proclamou o fim dos saques, que todas as pessoas e propriedades seriam respeitadas e que haveria tolerância religiosa. Como essa diretriz, todavia, veio depois do saque efetuado, praticamente ninguém a levou em conta. Poucos foram os que retornaram à capital, sendo a grande maioria cristãos-novos ou escravos.

Dos chefes invasores, Willekens foi o único a ter um “final feliz”. O almirante neerlandês regressou à sua terra natal com metade da frota invasora, assim que se dissipou o perigo de uma contra-ofensiva baiana, em fins de julho. Foi ele quem levou as boas novas à sua terra da conquista de Salvador. Também seria um dos poucos a receber a medalha cunhada com a efigie do Príncipe Maurício, comemorativa ao evento da conquista de Salvador (figura 4).



Figura 4 – Gravura holandesa que mostra os detalhes do ataque da WIC a Salvador, publicada em diversos jornais europeus naquele ano
Fonte: Guia Geográfico da Cidade de Salvador (2024)

Aproveitamento do êxito

Saciados com as aquisições urbanas, os espoliadores se enfronharam no mato, atrás de bens nas fazendas e roçados vizinhos. Após ocuparem o perímetro urbano da capital, os mercenários partiram para dominar as regiões vizinhas e os baluartes que compunham o cinturão defensivo da cidadela. Aventuraram-se em Itapagipe, península onde foi alicerçado o Forte de São Felipe. Realizaram algumas incursões à ilha de Itaparica, a fim de obter alimentos e saque, ali estabelecendo postos avançados.

Quando o usurpador realizou uma penetração no trecho de São Bento à Vila Velha, foi emboscado, ação que reduziu sua vontade de se atrever fora dos limites da capital. Estes seriam as primeiras vítimas das emboscadas dos luso-brasileiros.

A partir de então, quase todas as expedições holandesas que atravessariam os portões de Salvador seriam tocaiadas. Aos poucos, as guarnições isoladas foram caindo ou foram evacuadas, o que contribuiria para que, em menos de um ano de ocupação, os domínios concretos do invasor se restringissem aos limites da cidadela conquistada.

A organização da resistência

A maioria dos habitantes de Salvador preferiu se concentrar no antigo povoado do Espírito Santo (hoje Abrantes), distante cerca de seis léguas da capital, e, a partir de lá, organizar a resistência. Outros com o mesmo propósito se aglutinaram nas fazendas, engenhos e aldeias adjacentes. Quando perceberam que a investida flamenga tinha outra meta que não o simples saque da cidade, os mazombos vestiram as couraças de bravos guerreiros.

Para substituir o governador-geral aprisionado, os nativos aplicaram, pela terceira vez na história brasileira, as “Vias de Sucessão”. Reunidos na aldeia do Espírito Santo, os oficiais da Câmara de Salvador receberam das mãos de padres jesuítas um envelope lacrado com o selo real que continha o nome de cinco pessoas

no Brasil que poderiam assumir temporariamente as funções de governador-geral. Elegeram, dessa maneira, o governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque Coelho. Para informá-lo dos acontecimentos, foi enviado Antônio de Moraes. Foi a primeira vez na história do Brasil que um governante máximo do Brasil foi eleito por seus patrícios, e não indicado por seu soberano. As outras duas vezes em que havia sido utilizada a lei das vias de sucessão culminaram na escolha de juntas governamentais para responder pelo governo-geral.

Enquanto aguardavam ordens do recém-indicado governador-geral, foi escolhido o desembargador Antônio de Mesquita de Oliveira para assumir as funções de ouvidor-geral e comandante das tropas em combate. Como o citado cidadão estava com uma idade avançada, repartiu suas obrigações com dois chefes militares nascidos no Brasil: Lourenço Cavalcanti de Albuquerque e João de Barros Cardoso. Esses dois, mesmo promovidos a mestres de campo, sensatamente puseram-se às ordens de Dom Marcos Teixeira de Mendonça, nomeado pelos líderes baianos capitão-mor.

No comando da resistência, o polêmico bispo iria desempenhar com brilhantismo suas funções, sendo indiscutivelmente a alma da luta contra o usurpador do solo baiano. Apesar de idoso, resistiu com máxima energia. A cruz se transformou em espada e ele em bispo-soldado. A Dom Marcos Teixeira de Mendonça foi conferido o mérito de organizar as primeiras companhias de emboscada, que mais tarde seriam aperfeiçoadas por Matias de Albuquerque, e se tornariam a espinha dorsal da defesa luso-brasileira contra os invasores holandeses.

Foi sob sua liderança que os baianos estabeleceram uma eficiente vigília, baseada em uma série de postos de observação capazes de, ao mesmo tempo, observarem os movimentos do oponente e atuarem sobre ele, sitiando-os, interceptando, assim, suas vias de comunicação e de suprimento com o continente. Eram postos em prática os ensinamentos adquiridos nas campanhas contra os franceses, durante décadas de lutas para expulsá-los das capitânias setentrionais do futuro Estado do Maranhão.

Tendo como meta evitar o avanço das tropas invasoras para o interior, Dom Marcos reuniu os homens aptos, aproximadamente 600 homens, enquadrando-os em *companhias de emboscada* baseadas no Arraial do Rio Vermelho. Percebendo que os germânicos só podiam sair da cidade pelas portas do Carmo ou de São Bento, ele estruturou suas frentes de modo a barrar essas saídas.

As forças luso-brasileiras que cercavam a capital empregaram pela primeira vez a guerra brasileira, mudando radicalmente o curso da campanha. Ao mesmo tempo, iniciava-se um período de 30 anos de lutas, que, conforme bem destaca o Almirante Max Justo Guedes, marcariam uma guerra sem precedentes na História do Brasil e que vai amalgamar as capitânicas distantes e fixar o espírito da incipiente nacionalidade.

Das trevas à luz

A queda de Salvador diante das armas estrangeiras da Companhia das Índias Ocidentais foi um revés inicial, mas não marcou a derrota na guerra. Muito pelo contrário.

Apesar de terem perdido a capital para os invasores, os luso-brasileiros forjariam suas próprias armas, resistindo e cercando os inimigos na capital. Aos poucos, iriam tornando a vida dos holandeses insuportável. Seus ataques cada vez mais adentrariam as fortificações dos batavos, a ponto de, em um deles, matar o próprio comandante mercenário. No ano seguinte, quando chegou a ajuda, vinda na forma de uma poderosa frota ibérica, mais conhecida como *Jornada dos Vassalos*, Salvador foi recuperada.

Apesar dos acurados planos de ataque dos holandeses e do esmerado detalhe sobre o que de concreto existia no Brasil naquela época, os agressores se esqueceram do abstrato: a alma brasileira⁴. Os luso-brasileiros, inicialmente surpreendidos, divididos por problemas internos e divergências nos altos escalões, souberam se reorganizar e rapidamente reagir ao invasor. A vitória sobre tão potente adversário, além de nos orgulhar, infundiu nos luso-brasileiros os sentimentos de solidariedade e de dever.

Quanto à cidade de Salvador, hoje é símbolo da resistência brasileira, pois nela tivemos dois dos mais significativos episódios de nossa história: a expulsão dos holandeses, no primeiro quartil do século XVII, nascedouro da nossa natividade, e a dos portugueses, no primeiro quartil do século XIX, nascedouro da nossa liberdade.

Cada vez mais razões apareceriam para sustentar a teoria da conquista de rincões brasileiros. Para reforçar a ideia, os neerlandeses consideraram que os índios pouca ou nenhuma resistência ofereceriam a eles, e que os luso-brasileiros e negros escravos, por demais envolvidos na cultura canavieira e no comércio, tinham pouca habilidade no manejo das armas. Os holandeses não levaram em conta que os valentes colonos, auxiliados por reforços da metrópole, estavam sempre largando suas ferramentas de trabalho, se mobilizando e empunhando armas para combater. Vencendo piratas e expulsando estrangeiros, eles iam cunhando sua própria espada e vencendo. Este é, com certeza, o primeiro e mais grave erro de julgamento do estrangeiro que tenta usurpar parte das terras deste paraíso tropical (**figura 5**).



Figura 5 – Expulsão dos holandeses de Salvador
Fonte: Estado-Maior do Exército (1972)

Referências

ALDENBURGK, Johann Gregor. **Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador pelos Holandeses em 1624-1625**. Traduzida por Alfredo de Carvalho. Recife: 1913.

ATLAS Histórico Escolar. Rio de Janeiro: FENAME, 1968.

BEHRENS, Ricardo. **Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625**. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

CASTRO, Therezinha de. **Retratos do Brasil**: atlas-texto de geopolítica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 1972. v. 1.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. **Fontes para a História do Brasil Holandês 1**: a economia açucareira. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes, 1981.

GUEDES, Max Justo. **As guerras holandesas no mar**. [s. l.: s. n.] (História Naval Brasileira. v. 2, t. 1A). Rio de Janeiro: Documentação Geral da Marinha, 1979.

GUERRA, Flávio. **Uma aventura holandesa no Brasil**. Recife: Ed. Pernambuco, 1977.

GUIA GEOGRÁFICO DA CIDADE DE SALVADOR. **Salvador em 1624**. Ilustração Holandesa. Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo17/invasao-holandesa/salvador.htm>. Acesso em: 1º mar 2024.

MENEZES, Francisco Henrique da Conceição. **Os holandeses na Bahia**. Salvador: Livraria e Typographia do Commercio, 1922.

RODRIGUES, José Honório. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

Notas

¹ Tal documento listava os produtos manufaturados, anualmente, no Brasil, citando os possíveis lucros da WIC, conforme resultados das últimas safras canavieiras tropicais, e de outros produtos explorados na colônia luso-americana. O relatório apontava que havia 137 engenhos, cuja produção, segundo os últimos dados, era de 700.000 arrobas, confinada em 35.000 caixas, pesando cada uma 20 arrobas e vendidas a um valor de 300 florins. Somente de dízimo, a WIC lucraria 2.050.000 florins e 2.625.000 de direitos alfandegários. Se as transportassem, receberiam mais 700.000 florins de frete, além de 420.000 florins de novos direitos na revenda. No final, totalizariam 4.795.000 florins anualmente em frete e impostos. Mais tarde, outro documento, de autoria de José Israel da Costa, um judeu que vivia na Bahia, confirmaria os dados de Moerbeek (Gonsalves de Mello, 1981, p. 16 e 17).

² Somente na segunda invasão é que os dirigentes neerlandeses autorizaram a conquista territorial, a criação de colônias, firmar tratados com os colonos e indígenas e nomear administradores (Estado-Maior do Exército, 1972, p. 101).

³ Segundo Aldenburgk, retiraram-se de todas as igrejas e conventos as imagens, utensílios, objetos de prata e ouro, de sorte que um capitão, em uma hora, arrecadou aproximadamente 6.000 florins. Os mercenários e marujos se fartaram com veludos, sedas e objetos das residências da cidade (Aldenburgk, 1913, p. 239).

⁴ A Companhia das Índias Ocidentais errara em sua apreciação estratégica, não percebera a alma do povo, preocupada que estava com lucros fáceis e altos dividendos, resultando tudo na feliz expressão de Luís Delgado, “um confronto de uma alma X um negócio”, em que a alma saíria vitoriosa. Era dar tempo ao tempo e, em breve, o negócio levaria a pior. O invasor receberia, a custo de imenso dispêndio financeiro e de vidas, uma grande lição (Estado-Maior do Exército, 1972, p. 111).